

2019

PRIORIDADES DAS ONGS PARA AS ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU MANIFESTO

Em maio de 2019, os cidadãos da União Europeia (UE) irão às urnas para eleger um novo Parlamento Europeu e ajudar a determinar a nova liderança da Comissão Europeia. Este facto carrega o potencial para uma UE revitalizada, mais justa e mais democrática, o que resultaria num caminho inclusivo e transformador para o desenvolvimento sustentável que foi desenhado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e no Acordo climático de Paris.

Uma Europa que coloque em primeiro lugar o bem-estar das pessoas e do planeta também ajudará a enfrentar os desafios da migração, segurança e competitividade. No entanto, uma estratégia de migração e segurança da UE que ignore os riscos associados às alterações climáticas irá falhar. Da mesma forma, a competitividade económica será de curta duração, se a Europa não expandir as tecnologias limpas e de baixo carbono no futuro, tornar mais eficiente em termos de uso de recursos, e respeitar os limites sustentáveis do planeta.



O Green 10 é uma coligação de dez das maiores
organizações e redes ambientais ativas a nível europeu

4 PRIORIDADES

O Green 10, que representa dezenas de milhões de cidadãos em toda a Europa, apela aos grupos políticos candidatos às eleições europeias e aos líderes da UE para promover:

Uma União Europeia com a proteção ambiental e ação climática como principais prioridades



O mundo tem um período de 10 a 15 anos para limitar o impacto das alterações climáticas, reverter a perda de biodiversidade e dissociar as atividades económicas dos danos ambientais e sociais. A próxima década de transformação requer foco e liderança. O novo Parlamento Europeu deve atribuir um mandato ao Presidente da Comissão como responsável pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que devem servir como o enquadramento para o desenvolvimento da UE até 2030. O Presidente da Comissão deve trabalhar, em conjunto com os Vice-Presidentes para a Ação Climática e Recursos Naturais, para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo climático de Paris.

Uma União Europeia que defende o primado da Lei e fortalece a sociedade civil



Uma das maiores realizações históricas da UE tem sido a disseminação pacífica da democracia e do estado de direito em grande parte do continente europeu. As organizações da sociedade civil, conjuntamente com uma comunicação social livre e um sistema judicial independente, desempenham um papel vital no escrutínio da ação dos governos e na responsabilização daqueles que estão no poder. A participação dos cidadãos no processo de decisão europeu deve ser salvaguardada. A nova Comissão Europeia e o Parlamento devem apoiar os cidadãos e as organizações da sociedade civil, e utilizar os seus poderes legais e orçamentais para garantir que todos os governos da UE respeitam o estado de direito.

Melhor governação, não desregulamentação



Uma das concretizações mais importantes da UE tem sido o seu esforço contínuo para acordar regras comuns para proteger o ambiente, a saúde pública, os direitos dos trabalhadores e dos consumidores. Estas regras são um modelo para o resto do mundo. A próxima geração de líderes da UE deve resistir ao atual impulso de desregulamentação e reorientar-se para regulamentar de acordo com o interesse público. As regras da UE devem basear-se na melhor ciência disponível, na consulta genuína das partes interessadas e na execução atempada dos regulamentos essenciais para serem adequadamente implementados e aplicados.

Uma organização europeia responsável e exemplar



O novo executivo da Europa deve estar disposto e ser capaz de enfrentar interesses e governos nacionais, especialmente quando se trata de aplicar as regras. A nova Comissão deveria despolitizar a aplicação das regras da UE e tornar-se novamente uma entidade supervisora, independente e eficaz, que regula o cumprimento da legislação da UE. Para ganhar a confiança do público e garantir a legitimidade e a credibilidade do projeto europeu, as próprias instituições da UE, e os Comissários em particular, devem defender os mais elevados padrões de transparência, integridade e responsabilidade pública.

10 SUCESSOS PARA AS PESSOAS E O PLANETA



1. Um líder global na luta contra as alterações climáticas

Nos termos do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, a UE concordou em desenvolver os esforços necessários para limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C. Para cumprir este objetivo, a UE deve aumentar significativamente a ambição das suas metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa, energias renováveis e eficiência energética para 2030. A UE deve assegurar uma descarbonização plena da sua economia até meados do século. Isso significa eliminar o uso de carvão, petróleo e gás, ao mesmo tempo que são evitadas alternativas prejudiciais, como a bioenergia insustentável, a energia nuclear e os métodos de geoengenharia para reduzir as emissões de carbono. Este objetivo deve andar a par com a redução do financiamento público em processos que fazem aumentar as emissões, e o investimento numa economia mais sustentável.

2. Ecossistemas saudáveis

A UE comprometeu-se a travar a perda de biodiversidade, e acabar com a sobrepesca e a desflorestação até 2020. Embora tenham sido feitos progressos limitados, as espécies vegetais e animais continuam a desaparecer a um ritmo alarmante, principalmente devido à agricultura industrial e o desenvolvimento de infraestruturas, bem como às alterações climáticas. A UE deve levar a sério a aplicação da sua legislação sobre proteção da natureza, conservação das espécies marinhas e combate às espécies exóticas invasoras. Deve também implementar, em vez de rever, a sua Diretiva-Quadro da água. Deve alocar recursos suficientes do orçamento da UE para proteger a natureza, realizar a transição da gestão das pescas para a conservação dos oceanos, reformar radicalmente a sua política agrícola, reverter a desflorestação global e apoiar a restauração dos ecossistemas.



3. Ar limpo para todos

A nova Comissão e o Parlamento Europeu devem lidar urgentemente com a principal ameaça ambiental à saúde na Europa. A poluição do ar causa mais de 400.000 mortes prematuras todos os anos na UE, agrava doenças crónicas e é responsável por enormes custos de saúde, ambientais e económicos. A nova Comissão e os deputados do Parlamento Europeu devem garantir a plena aplicação da legislação da UE sobre a qualidade do ar, resistir às tentativas dos governos de enfraquecer a sua aplicação, introduzir novas regras para combater as principais fontes de poluição (dos sectores dos transportes, energia, climatização, indústria e agricultura) e atualizar os padrões de qualidade do ar da UE para alinhar com as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

4. Um líder mundial em transporte limpo

O escândalo “Dieselgate” expôs as falhas dos esforços da UE para reduzir as emissões dos automóveis e camiões, mas também ofereceu uma oportunidade única para acelerar a transição para uma mobilidade verdadeiramente limpa. O próximo Parlamento Europeu deverá regulamentar para eliminar a poluição, ruídos e emissões de CO₂, em particular através de uma estratégia que torne a Europa um líder mundial em emissões zero e transporte partilhado alimentado por eletricidade limpa e renovável.



5. Um orçamento da UE que aborda os desafios ambientais globais e europeus

O atual orçamento da UE está, em grande medida, em contradição com os objetivos da UE e internacionais em matéria de sustentabilidade, proteção climática e do ambiente. A proposta recentemente publicada pela Comissão para o próximo orçamento da UE não prevê a transição necessária para fazer das alterações climáticas e do ambiente as prioridades-chave no período pós-2020. O próximo orçamento deve respeitar os compromissos internacionais em matéria de alterações climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, com um objetivo de despesa claro e obrigatório de 50% para as alterações climáticas e proteção da natureza em todos os instrumentos orçamentais, excluindo os combustíveis fósseis de todos os programas de apoio. Além disso, o financiamento do programa LIFE da UE deve ser, pelo menos, 1% do orçamento total.

6. Desintoxicar o futuro da Europa

Muitas mercadorias contêm produtos químicos, como plásticos, retardadores de chama ou nanomateriais. Estes materiais ameaçam a vida selvagem, o ambiente e a saúde pública - aumentando o risco de ocorrência de doenças graves, como cancro, infertilidade e distúrbios neurológicos. Estes produtos também têm um custo financeiro elevado. A UE deve reduzir a exposição das pessoas a produtos químicos perigosos, acelerando a substituição por alternativas mais seguras. Deve regulamentar para proteger o ambiente e a saúde das pessoas contra pesticidas, desreguladores endócrinos e envenenamento por chumbo, mercúrio e por outros produtos químicos tóxicos.



7. Economia circular limpa: usar menos recursos e harmonizar as leis sobre produtos químicos, produtos e resíduos

A cultura descartável da Europa agrava as desigualdades sociais, ameaça a saúde pública e esgota os recursos em todo o mundo. A falta de coordenação entre as leis sobre químicos, produtos e resíduos impede a proteção dos ciclos dos materiais contra produtos químicos tóxicos. A UE necessita de políticas coerentes para evitar o desperdício e promover a utilização de produtos duradouros e reparáveis, isentos de substâncias tóxicas. As substâncias perigosas não devem estar presentes nos produtos reciclados. Essa mudança resultará numa economia de custos, novos empregos, pessoas mais saudáveis e num ambiente mais seguro.

.....

8. Uma Europa mais transparente, democrática e responsável

A UE deve garantir o direito à informação, participação e justiça para todos. Deve pôr termo ao seu incumprimento da Convenção de Aarhus, melhorando o acesso à justiça. A UE deve assegurar uma maior transparência nas atividades de tomada de decisão e de advocacia, e melhorar as restrições às práticas de “porta giratória”. Tal reforçaria a legitimidade da UE, asseguraria uma participação equilibrada das partes interessadas, impediria a captura corporativa de processos de tomada de decisão, e evitaria conflitos de interesses.



9. Acordos comerciais que funcionam para pessoas, e não para grandes empresas

Todas as futuras relações comerciais da UE devem priorizar o interesse público, em vez de procurar maximizar os volumes de negócio e minimizar os custos para as multinacionais. As disposições especiais de arbitragem para investidores estrangeiros devem ser excluídas de todos os acordos comerciais, atuais e futuros. As disposições sobre o Acordo de Paris relativo às alterações climáticas, e as cláusulas de não regressão ambiental e de “não prejuízo” devem ser incluídas em todos os acordos europeus de comércio livre, com capítulos juridicamente vinculativos e executórios sobre o desenvolvimento sustentável.

10. Uma Europa sustentável que respeite os limites planetários

A fim de cumprir os aspetos ambientais da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e assegurar que a Europa viva dentro dos seus limites ecológicos, a UE deve cumprir um ambicioso 8º Programa de Ação Ambiental. A atual abordagem centrada no Produto Interno Bruto da economia resultou no esgotamento de recursos e na extinção de espécies, aumentando a desigualdade, a dívida e o número de trabalhadores pobres. A Europa precisa urgentemente de novas políticas económicas que criem bem-estar para todos, dentro dos limites dos ecossistemas que sustentam a vida. A UE deve evitar ainda que os custos da poluição ambiental sejam transferidos para as gerações futuras.



.....

www.green10.org

.....

Green 10